

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

Pelo presente instrumento particular que, entre si, fazem, de um lado como EMPREGADORA, Casas da Agua Mat. P/ Construção Ltda., com sede localizada na Rua Francisco Tolentino, n. 549, Centro, Florianópolis/SC, CEP nº 88010-200, inscrita no CNPJ sob o nº 13.501.187/0013-92, neste ato representada por quem de direito, e de outro, como EMPREGADO(A), ELISANGELA DE CASTRO VIEIRA, nacionalidade brasileiro, estado civil casado, portador(a) da Carteira Profissional nº 000208279, série 3931, identidade nº 020.827.939-31, residente e domiciliado(a) à Rua NOSSA SENHORA APARECIDA, 986, CEP nº 88133-400, sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DURAÇÃO –

O presente instrumento particular é celebrado em caráter de experiência, pelas partes acima qualificadas, vigorando pelo prazo de 45 dias, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com as cláusulas e condições ora estabelecidas e de acordo com o parágrafo único do art. 445 da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica, desde já, acordado que, findo o prazo mencionado no caput desta cláusula, o presente contrato passará a vigorar por prazo indeterminado, de acordo com as cláusulas e condições ora ajustadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNÇÃO E JORNADA –

A EMPREGADORA admite o EMPREGADO para exercer o cargo de Serviços Gerais I, competindo-lhe, além das atribuições inerentes ao referido cargo, outras que lhe sejam congêneres e compatíveis, mormente quanto às relacionadas ao seu setor, incluídas viagens e deslocamentos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A jornada de trabalho de 44h semanais, com 1h diária para refeição e descanso, cabendo à EMPREGADORA a definição do lapso temporal diário. Fica autorizada a mudança de horário, decorrente do jus variandi, durante a execução do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O EMPREGADO se compromete a trabalhar em regime de compensação e de prorrogação de horas, inclusive em período noturno, sempre que as necessidades assim o exigirem, observadas as formalidades previstas em lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O EMPREGADO autoriza, pelo presente acordo individual escrito, o sistema de compensação intrassemanal, nos termos dos itens I a III da Súmula 85 do TST. Neste caso, não haverá pagamento de horas extraordinárias excedentes ao limite semanal, ainda que haja excesso ao limite diário de jornada, jamais superando-se 10 horas diárias.

PARÁGRAFO QUARTO: O EMPREGADO prestará os seus serviços à EMPREGADORA em regime de dedicação exclusiva.

PARÁGRAFO QUINTO: Obriga-se o EMPREGADO, além de executar com dedicação e lealdade o seu serviço, a cumprir o Regulamento Interno da EMPREGADORA, as instruções de sua administração e as ordens de seus chefes e superiores hierárquicos, relativas às peculiaridades dos serviços que lhe forem confiados.

PARÁGRAFO SEXTO: O EMPREGADO não participará de regime de sobreaviso, estando ciente que não está autorizado a tanto.

CLÁUSULA TERCEIRA – REMUNERAÇÃO –

A EMPREGADORA pagará ao EMPREGADO, como contraprestação pelos serviços realizados por mês, o salário base de R\$ 2.271,00 (dois mil, duzentos e setenta e um reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O EMPREGADO autoriza a EMPREGADORA a promover descontos salariais, nos termos do §1º do artigo 462 da CLT, decorrentes de haveres de natureza trabalhista, de contribuições legais, normativas e/ou convencionais, eventuais adiantamentos e empréstimos concedidos, outros valores devidamente autorizados, quaisquer prejuízo ou dano causado ao seu patrimônio ou de terceiros, por culpa ou dolo, inclusive os advindos de extravio, perda ou quebra, em serviço ou fora dele, de maquinário, ferramentas de trabalho, uniformes, equipamentos de proteção individual, vestimentas, postos sob sua responsabilidade. No caso de impossibilidade de desconto salarial que dê completa quitação ao débito do EMPREGADO, este permite que a cobrança ocorra por meio de dívida civil, valendo este pacto, desde já, como título executivo extrajudicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O EMPREGADO está de acordo com eventuais modificações posteriores do sistema de pagamento, quer quanto à forma, quer quanto à periodicidade, na hipótese dessas modificações se tornarem necessárias, a critério da EMPREGADORA, desde que das mesmas não resulte diminuição salarial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O EMPREGADO, autoriza desde já, se assim optar e mediante preenchimento de Termo de Autorização de Descontos para Vale Transporte, a EMPREGADORA a descontar mensalmente de meus vencimentos, até o limite de 6% (seis por cento) do seu salário, o valor destinado a cobrir a fornecimento de Vales Transportes.

PARÁGRAFO QUARTO: O pagamento dos salários, bem como das férias será feito em moeda nacional, cheque ou depósitos bancários, a critério da EMPREGADORA. Os salários serão pagos até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido ou após o decurso de qualquer um dos períodos previstos no item supra, de acordo com o previsto em lei e nas normas expedidas pelo Ministério do Trabalho e do Emprego.

CLÁUSULA QUARTA – TRANSFERÊNCIA –

O local da prestação de serviços pelo EMPREGADO será na cidade de Florianópolis, concordando, a partir deste momento, que poderá ocorrer, à discricionariedade da EMPREGADORA, sua transferência definitiva a outra localidade, sem qualquer majoração salarial ou pagamento de adicional, nos termos do artigo 469 da CLT. Para o efeito da bilateralidade exigida pelo dispositivo, o EMPREGADO acusa ciência e permite, ad futurum, esta possibilidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Explicita-se a condição contratual de possibilidade da transferência unilateral definitiva, promovida a interesse da EMPREGADORA por real necessidade de serviços, nos termos do §1º do artigo 469 da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de mudança de residência, estado civil, de nome ou quaisquer outras modificações, fica o EMPREGADO obrigado a comunicar o fato à EMPREGADORA até o segundo dia em que comparecer ao serviço, após o fato. O mesmo prazo fica estabelecido para comunicar a EMPREGADORA de agendamento de perícia junto ao INSS, bem como início e cessação de benefícios previdenciários.

CLÁUSULA QUINTA – ADIANTAMENTO SALARIAL –

A requerimento do EMPREGADO, fica estabelecida a possibilidade de o EMPREGADOR lhe conceder adiantamentos salariais e, por conseguinte, descontar-lhes do salário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica estabelecido o limite de adiantamento salarial em 40% do salário base do EMPREGADO, sendo decisão discricionária do EMPREGADOR o atendimento da solicitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A soma dos descontos fica limitada ao percentual de 40%

CLÁUSULA SEXTA

- AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DO EMPREGADOR -

O EMPREGADO autoriza que sejam realizados descontos salariais referentes à compra de produtos oferecidos pela EMPREGADORA, por ser de seu interesse e em benefício próprio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para garantir a incolumidade da remuneração do EMPREGADO nos exatos limites dos valores das compras realizadas, o EMPREGADOR emitirá um relatório mensal dos itens, descrição e valor para conferência e arquivamento. O EMPREGADO deve firmar o relatório mensalmente após conferência das informações, restando o original de posse do EMPREGADOR e cópia ao EMPREGADO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica estabelecido o limite de aquisição e possibilidade de desconto em 40%.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os descontos serão efetuados na folha de pagamento subsequente ao mês da aquisição dos produtos.

PARÁGRAFO QUARTO: A soma dos descontos fica limitada ao percentual de 40%.

CLÁUSULA SÉTIMA

- CONFIDENCIALIDADE -

O EMPREGADO se obriga a não fazer internamente ou em quaisquer veículos de comunicação, declarações sobre assuntos internos da EMPREGADORA de que venha a ter conhecimento em razão do desempenho dos serviços contratados, que violem matéria considerada confidencial pela mesma, que atinjam o seu negócio, direta ou indiretamente ou, ainda, que possam ser desabonadoras para a reputação desta última.

CLÁUSULA OITAVA

- RECURSOS -

O EMPREGADO reconhece que os recursos de informática cedidos pela EMPREGADORA - inclusive e-mail e internet - destinam-se a uso estritamente profissional, sendo vedada à utilização para fins particulares ou alheios aos interesses da EMPREGADORA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Todo o conteúdo já constante ou inserido pelo EMPREGADO nos equipamentos de informática pertence à EMPREGADORA, podendo ocorrer fiscalização, a qualquer momento, sem necessidade de prévio aviso, da correta utilização dos recursos cedidos ao EMPREGADO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O uso indevido implicará punições disciplinares e a reparação dos danos eventualmente ocasionados, autorizando-se desde já, inclusive, o desconto em folha de pagamento.

CLÁUSULA NONA

- DECLARAÇÃO DE VERACIDADE E CONHECIMENTO DOS TERMOS CONTRATUAIS -

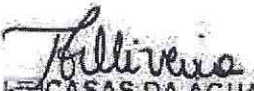
O EMPREGADO afirma serem verdadeiras as declarações por ele prestadas a EMPREGADORA, e constantes do cadastro individual por ele preenchido ao solicitar o emprego, importando em justa causa, para rescisão do presente contrato, a posterior apuração a qualquer tempo por parte da EMPREGADORA, da eventual inveracidade.

CLÁUSULA DÉCIMA
- PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS -

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As Partes declaram que cumprem integralmente as determinações legais da Lei n. 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - 'LGPD'), incluindo seus empregados, agentes e subcontratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As Partes comprometem-se a utilizar os dados pessoais compartilhados única e exclusivamente para a execução do presente contrato e cumprimento de obrigações legais e regulatórios. Desta forma, obrigam-se a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela contraparte.

Florianópolis, 17 de Agosto de 2026.


CASAS DA AGUA
Tatiane Fernandes Oliveira
Gerente de Dep. Pessoal

Casas da Agua Mat. P/ Construção Ltda



EMPREGADO

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF: